



## **Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização**

**Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A.**



## **Política de remuneração dos Órgãos Sociais da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. (doravante designada por Popular Seguros ou por Companhia)**

### **Índice**

1. Âmbito
2. Objeto
3. Política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização
4. Divulgação
5. Aplicação

### **1. Âmbito**

A política de remuneração dos órgãos sociais da Popular Seguros assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados utilizados pelo universo do Grupo Banco Popular, do qual a Companhia faz parte integrante, tangente a todos os membros dos órgãos sociais definida para o mencionado Grupo.

A política de remunerações da Popular Seguros segue o disposto na Norma Regulamentar nº5/2010-R, de 1 de abril, no que refere aos deveres de divulgação de informação, e na Circular nº6/2010, de 1 de abril, no que refere ao governo e conteúdo da política.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho - Lei das Remunerações -, foi estabelecido o dever de apreciação de uma declaração sobre a Política de Remuneração pela Assembleia Geral, pelo Órgão de Administração ou pela Comissão de Remunerações, caso exista, das entidades de interesse público, enumeradas no Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro, com o propósito de reforçar a transparência relativa à fixação de remunerações. Desta forma, deve ser submetida, anualmente a aprovação da Assembleia Geral, uma declaração referente à Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e Fiscalização.

A Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, refere, ainda, como indispensável para as Políticas de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e Fiscalização das Entidades de interesse público, onde se enquadra a Popular Seguros, a divulgação das remunerações individuais auferidas por aqueles membros, de forma agregada e individual, nos documentos anuais de prestação de contas.



## **2. Objeto**

A presente política tem por objeto estabelecer o regime de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização da Popular Seguros.

## **3. Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização**

De acordo com o preceituado na Lei das Remunerações, é enunciada de seguida a política de remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização relativa ao exercício findo a 31 de dezembro de 2013, a qual integra as melhores práticas, sem perder de vista, no entanto, os seguintes princípios basilares:

- (i) a política de remuneração seguida até hoje tem sido correta e adequada aos objetivos estratégicos traçados pela Popular Seguros;
- (ii) a Popular Seguros faz parte do Grupo Banco Popular Espanhol;
- (iii) face à relação de domínio existente, as remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos pelo Grupo Banco Popular, em cada ano, e dependentes das diretrizes emanadas pelos acionistas nesta matéria;
- (iv) a prática remuneratória da Popular Seguros assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados utilizados pelo Grupo Banco Popular e tangente a todos os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No mandato em curso na Popular Seguros (2013 – 2016), na Política de Remuneração, aqui mencionada, não são previstas remunerações com componente variável. Neste sentido, é aplicada aos membros dos órgãos sociais a seguinte política:

### **a) Remuneração dos membros do Conselho Fiscal**

As remunerações do Conselho Fiscal são estipuladas de acordo com as práticas e condições remuneratórias normais para serviços similares.

### **b) Remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral**

Não deve ser efetuada qualquer alteração na estrutura da remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral. Sendo que os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma remuneração trimestral fixa, paga quatro vezes ao ano.

### **c) Presidente do Conselho de Administração**

O Presidente do Conselho de Administração não aufer qualquer remuneração.



#### **d) Membros não executivos do Conselho de Administração**

Os membros não executivos do Conselho de Administração (aqueles que não desempenham funções executivas/ de gestão corrente) não serão remunerados.

#### **e) Membros executivos do Conselho de Administração**

Os membros executivos do Conselho de Administração (todos aqueles que desempenham funções executivas/de gestão corrente) não são remunerados.

#### **f) Compensações a pagar por destituição sem justa causa do administrador**

Não estão previstos quaisquer acordos que determinem valores a pagar aos membros executivos em caso de destituição sem justa causa.

### **4. DIVULGAÇÃO**

De acordo com a Lei das Remunerações, a Popular Seguros encontra-se no dever de divulgar a informação relativa à Política de Remuneração, nos documentos anuais de prestação de contas, a Política de Remuneração dos membros dos seus órgãos de administração e de Fiscalização, bem como o montante anual da remuneração auferida por aqueles membros, de forma agregada e individual.

A Política de Remuneração será divulgada no sítio oficial na internet, nos aspetos que a lei assim o obrigar. Ainda de acordo com a Norma Regulamentar n.º5/2010-R, de 1 de abril, o Conselho de Administração submeterá anualmente, ao Instituto de Seguros de Portugal, uma declaração que remeta para a conformidade da Política de Remunerações, assumida pela Companhia e que integra o Relatório da Gestão de Riscos e Controlo Interno.

### **5. APLICAÇÃO**

A presente política é aplicável ao mandato em curso (2013-2016).